

# SIADAP: a base da desvalorização das carreiras



A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública defende “a revogação do SIADAP, que deve ser substituído por um sistema de avaliação sem quotas, formativo, transparente, equitativo e justo, que valorize, realmente, os trabalhadores, potenciando a progressão profissional nas suas carreiras”. Esta é a reivindicação base que deu origem a um conjunto de ações e que motivou a apresentação de propostas concretas junto do Governo/ Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública.

A Ministra Alexandra Leitão, quer em declarações públicas, quer em reuniões realizadas com a Frente Comum, afirmou ser intenção do Governo acelerar as progressões na carreira, sublinhando que, “se a solução for a de encurtar os saltos, os acréscimos salariais também terão que ser adaptados”.

Ora, de julho de 2021 (quando havia o compromisso de abrir processo negocial no primeiro semestre de 2021) para cá, nada foi feito:

**Não há proposta, não há negociação, não há qualquer medida concreta que ponha fim a um processo indigno e profissionalmente desvalorizador de todos os trabalhadores da administração pública.**

sp.rc.27760.21



**URGENTE:**  
rever o regime de Avaliação do Desempenho

# Combater a injustiça. Valorizar a profissão.



A imposição de quotas (percentis) para a atribuição de menções qualitativas de mérito, associada à limitação de vagas imposta à progressão a alguns escalões da carreira, bem como a criação de artificialismos administrativos que impedem o reconhecimento efetivo da qualidade do exercício profissional, transformam a avaliação do desempenho num dos instrumentos mais perniciosos das carreiras profissionais.

Para a FENPROF, esta solução é inadmissível e mascara a realidade. Transforma os docentes em instrumentos da tecnocracia que gere a profissão. Bloqueia administrativamente a progressão na carreira. Não reconhece a qualidade do ensino desenvolvido nas escolas públicas.

A FENPROF continua a demarcar-se do atual modelo de avaliação do desempenho, que é burocratizado, orientado para determinar ritmos de progressão na carreira – e não para a melhoria do desempenho dos docentes, porque não tem cariz formativo – e injusto. Um modelo de avaliação iníquo, na medida em que as quotas impedem o reconhecimento da classificação e menção efetivamente obtidas por cada docente. Muitos são aqueles a quem é atribuída uma menção qualitativa abaixo da classificação quantitativa obtida, frequentemente em desigualdade com docentes de outras escolas que, mesmo obtendo classificação quantitativa inferior, acabam por ter menção superior, porque a operacionalização das quotas promove esta discrepância.



## A FENPROF repudia:

- As quotas, fator artificial introduzido pelo SIADAP e que só serve para impedir a progressão na carreira;
- As vagas de acesso ao 5.º e 7.º escalões que visam criar entraves à chegada ao topo da carreira;
- O cariz burocrático e administrativo da avaliação do desempenho, ao invés de assentar numa matriz formativa;
- A atribuição de menção abaixo da classificação quantitativa obtida, artificialismo que tem como objetivo impedir que dezenas de milhares de professores acedam aos escalões do topo da carreira.



## A FENPROF defende a revisão global do modelo de avaliação do desempenho, exigindo:

- A **recomposição** da carreira docente, dando até resposta ao que o partido que esteve no governo 6 anos prometeu em campanha eleitoral, mas nunca cumpriu (citação: “Não é possível pensar na concretização de políticas públicas de educação alheadas de profissionais com carreiras estáveis, valorizadas e de desenvolvimento previsível”);
- A **eliminação** das vagas que impedem a progressão de milhares de docentes aos 5.º e 7.º escalões;
- A **recuperação** do tempo de serviço em falta e a correção das ultrapassagens, que põem em causa princípios constitucionais.